

TV Cultura estréia multiprogramação

Emissora transmite dois canais em sinal digital, um sobre educação e outro com material de acervo

SANDRA REGINA DA SILVA

A Fundação Padre Anchieta (FPA) marcou para estrear no domingo, 8, em caráter experimental, dois projetos de multiprogramação, apesar da publicação da norma 01/2009 e dos debates em relação ao assunto. “Não acreditamos que essa norma proíba a multiprogramação na TV digital”, argumenta Paulo Markun, diretor-presidente da fundação, que controla a rádio e a TV Cultura de São Paulo. A multiprogramação consiste na

divisão do sinal digital da TV em diversos canais diferentes.

Um desses novos canais digitais, o Univesp TV, vinculado à Universidade Virtual do Estado de São Paulo, é um programa da Secretaria de Ensino Superior. “A palavra programa é importante, porque não é uma nova universidade. Reúne USP, Unesp e Unicamp para potencializar as vagas dos cursos regulares dessas universidades”, explica Markun.

Inicialmente, o projeto contempla os cursos de Pedagogia da Unesp e Ciências da USP, com início no segundo semestre, totalizando 10 mil alunos. Não se trata de telecurso, mas um curso universitário normal, com vestibular e aulas presenciais. O Univesp TV vai agregar ao sistema pedagógico conteúdos relevantes relativos às aulas. Segundo o dirigente da FPA, o governo do Estado usará esse canal em tempo integral como

Matéria

Foto

suporte aos cursos.

O segundo canal é o Multicultura. A grade é formada principalmente por material do acervo da TV Cultura. “A programação será organizada e empacotada a partir de temas verticais. Haverá o dia da música clássica, de entrevistas e debates, do meio ambiente”, adianta. Na estréia, a

programação seria destinada ao Dia Internacional da Mulher.

POLÊMICA

Na semana passada, o Ministério das Comunicações se comprometeu a criar regras que normatizem a multiprogramação em canais comerciais nos próximos 90 dias, depois que uma polêmica decisão do ministro Hélio Costa impediu que canais comerciais explorassem a multiprogramação para transmissão de canais simultâneos. A portaria assinada por Costa permite a exploração da multiprogramação apenas por canais públicos.

A Associação Brasileira de Radiodifusores (Abra) questionou a norma, alegando que a medida seria “inadequada” e prejudicial ao setor, uma vez que o padrão adotado no Brasil prevê a divisão de canais digitais. Em comunicado, a entidade classificou como “absurdo” que a norma proíba a utilização “de uma das características principais do sistema brasileiro de TV digital”, acrescentando que “as redes de TVs comerciais tinham projetos para implantação de canais com programação específica para televisões digitais portáteis e para celulares”.